

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA  
DOS DEPUTADOS - CREDN**

**REQUERIMENTO No.     , 2008  
(Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)**

**Requer a realização de Audiência Pública com o  
Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo Gás  
Natural e dos Biocombustíveis, para debater as  
condições institucionais, legais e econômicas  
dessa agência reguladora para gerir a exploração  
do petróleo no denominado pré-sal**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis, Sr. Haroldo Lima, para realizar debate, no âmbito da Câmara dos Deputados, a respeito das condições institucionais, legais e econômicas dessa agência reguladora para gerir a exploração do petróleo no denominado pré-sal na plataforma submarina e na zona de exploração econômica exclusiva brasileiras

## **JUSTIFICATIVA**

O Brasil está assistindo ao início de um debate político de largas proporção e repercussão histórica que tem sua origem nas excepcionalmente favoráveis possibilidades da exploração de jazidas de petróleo de alta qualidade, localizadas em estrato geológico denominado “pré-sal”, existente na plataforma submarina brasileira.

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já teve oportunidade de ouvir o Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a respeito da segurança estratégica dos campos de exploração oceânica e plataformas de prospecção e extração de petróleo na plataforma submarina sob jurisdição nacional, em 3 de julho próximo passado, conhecendo as fragilidades existentes e riscos identificados, que possibilitam a esta Casa legislativa avaliar o que esteja ao seja alcance fazer para colaborar na superação dessas mesmas fragilidades e riscos.

Agora que se têm ouvido com insistência manifestações as mais variadas e díspares de autoridades governamentais a respeito do futuro da extração de petróleo das prováveis jazidas existentes no pré-sal, faz-se necessário ouvir a autoridade governamental máxima neste tópico, o Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para conhecer que estratégia estará sendo pensada e desenvolvida nessa agência reguladora a respeito do pré-sal e das perspectivas econômicas e políticas dessas riquezas naturais que são, evidentemente, do povo brasileiro, como sempre foram desde a fundação da

PETROBRÁS S.A. , no segundo governo Vargas, e desde a edição da Lei no. 9.478, de 6 de agosto de 1997, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sala de Sessões, 20 de agosto de 2008

**Antonio Carlos Mendes Thame**  
(PSDB-SP)